

A GENTE PAULISTA E SUA GENEALOGIA

Marcelo Meira Amaral Bogaciovas

Resumo: Breve relato sobre a origem do povo paulista e discussão historiográfica sobre o estudo da Genealogia no Estado de São Paulo: seus principais pesquisadores e instituições.

Abstract: Short report on the origin of the paulista people and the historiographic discussion on the study of genealogy in the State of São Paulo: its principal researchers and institutions.

São Paulo, ao lado de Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, foi um dos grandes núcleos de povoamento do Brasil no século XVI. A cidade paulista recebeu o menor afluxo de imigrantes europeus e, de acordo com publicações especializadas, eram de menor nobreza dos que passaram para os outros núcleos. Nos dois séculos seguintes os paulistas se notabilizaram pela emigração, em grande parte motivados pelas poucas oportunidades em sua terra, desbravando sertões à procura de índios para escravizá-los e, mais tarde, de pedras preciosas. Já nos séculos XIX e XX, São Paulo recebeu enorme contingente de imigrantes, inicialmente europeus e depois, nordestinos.

De São Paulo saíram moradores que conquistaram e fundaram cidades como Rio de Janeiro, Florianópolis, Porto Alegre, os Campos dos Goitacazes, que passaram aos extremos do Oeste, alcançando Paraguai, Peru e Bolívia, redimensionando o território brasileiro. À época das Missões, os paulistas arrasaram colônias jesuíticas, levando para seus lares os índios aldeados. Na qualidade de soldados pagos rumaram ao Nordeste do Brasil, para enfrentar os aguerridos quilombolas, por ali se fixando depois dos êxitos alcançados. Em busca de ouro foram responsáveis pelo descobrimento e povoamento de Estados como Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. O Estado do Paraná e o planalto de Santa Catarina foram paulistas até o século XIX.

Afinal, quem eram esses paulistas e quais as suas origens? Já não é de hoje que, entre os eruditos da ciência genealógica do Brasil e de Portugal, causa espécie a prolapada nobreza de sua gente, exaltada nas obras de Pedro Taques de

Almeida Paes Leme¹, escrita por 1750-1770 e de Luís Gonzaga da Silva Leme², publicada de 1903 a 1905, e de outras que se lhes seguiram. É que os troncos das famílias estudadas, primitivos povoadores de São Paulo, vêm descritos como originários da aristocracia portuguesa. A não contestação dessas fantasiosas ascendências, por várias décadas, transformou-as em genealogias aparentemente sólidas e “bem documentadas”. Entre a verdade coligida pelos documentos e o imaginário de uma sociedade que se presumia nobre, há fraudes genealógicas e provanças mal justificadas.

Genealogista da gente paulista e anterior a Pedro Taques, ao que consta, parece ter havido apenas um, o padre jesuíta José de Mascarenhas. Conhece-se dele um trabalho de descendência de Antônio Rodrigues de Alvarenga, preparado em 27 de novembro de 1715 em São Paulo, que foi juntado ao processo de habilitação ao Santo Ofício de Domingos Jorge da Silva.³ Pedro Taques assim se referiu sobre o Padre Mascarenhas⁴:

um grande indagador de memórias antigas, e único genealógico das famílias das capitanias do Rio de Janeiro, São Vicente e São Paulo.

A arrogância dos paulistas atravessava fronteiras e já se fazia notar em meados do século XVIII em Portugal. Assim, em “Teatro Novo”, comédia encenada em 22 de janeiro de 1766 em Lisboa, do poeta e teatrólogo português Pedro Antônio Joaquim Corrêa Garção (1724-1772), glosando a presunção desses luso-brasileiros, fez um dos seus personagens declamar⁵:

*Que podem parecer-me tais loucuras
Estou tonto de ouvir estes senhores!
Parece-me que estou entre Paulistas
Que, arrotando congonha, me aturdiam.
Co'a fabulosa ilustre descendência
De seus avós, que de cá foram
Em jaleco e ceroulas*

¹ LEME, Pedro Taques de Almeida Paes (1714-1777)- *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, 5ª ed., 3 volumes, São Paulo: Editora Itatiaia/EDUSP, 1980.

² LEME, Luís Gonzaga da Silva (1852-1919)- *Genealogia Paulistana*, 9 volumes, São Paulo: Duprat & Cia., 1903 a 1905.

³ Habilitação ao Santo Ofício, maço nº 21, documento nº 419. In IAN/TT (Torre do Tombo, em Portugal).

⁴ LEME, Pedro Taques de Almeida Paes, op. cit., II, 288.

⁵ BRAGA, Teófilo (1843-1924), *A Arcádia Lusitana*. Porto: Livraria Chardron, 1899, pp. 111 em diante.

Mostrar que o sangue paulista não é tão azul quanto se diz não diminui a qualidade de sua gente. Porque a sua nobreza não tem por origem fidalgotes portugueses, melancólicos ou sem fortuna que para cá vinham. Ao contrário, tem por origem a classe popular de Portugal, que trazia consigo uma vontade inabalável de melhorar de vida, valendo-se de suas características naturais, como o amor ao trabalho e a intrepidez. Era o melhor do espírito português, tão decantado por Camões, que se trasladou para o outro lado do Atlântico. Acabaram por formar uma nova classe social, a chamada *nobreza da terra*⁶ que, ao longo de séculos de trabalho fecundo, amealhou respeito e poder, encontrando-se perfeitamente formada e estabelecida em São Paulo já no século XVII. Portanto, mais antiga e tradicional que muitas das atuais nobrezas européias.

Alfredo Ellis, já em 1926, sob o título *Raça de Gigantes*, entendia que, por um ou outro costado, os povoadores iriam entroncar-se nas genealogias aristocratas da península ibérica, mas, em sua grande maioria, pertenciam à burguesia e à plebe de Portugal e de Castela. Criticou tanto Oliveira Viana⁷, por exagerar por demais a nobreza daqueles, como Cândido Mendes, por qualificá-los como degredados e criminosos deportados.⁸

Deve-se destacar a grande miscigenação no Brasil e em São Paulo, em particular, antes mesmo da expedição povoadora de Martim Afonso de Souza, em 1532, em São Vicente. Muitos desses primevos habitantes da região que seria depois São Paulo, aventureiros europeus, na falta de mulheres brancas, uniram-se às índias. Os filhos obtidos desses cruzamentos, sem a legitimidade do matrimônio, denominados mamelucos, eram ou não discriminados, dependendo do sexo e do período estudado. No caso das mulheres, por serem raras em praticamente todo o século XVI, conseguiam ascender socialmente ao se casarem com imigrantes recém chegados ou com os da terra, filhos dos poucos casais brancos existentes. Os filhos deste novo casal, três quartos branco e um quarto índio, encontravam a quase absoluta aceitação da sociedade.

Capistrano de Abreu foi muito feliz em perceber que, até fins do século XVII, o tipo brasileiro poderia se dividir em dois grupos básicos: o homem do

⁶ A chamada *nobreza da terra* não era uma instituição ou uma ordem, como a de cavaleiros fidalgos, ou portadores de títulos nobiliárquicos. Era um grupo de pessoas que possuíam nobreza pessoal, adquirida por qualidades próprias e/ou por terem servido os cargos honrosos da república, ou por alcançarem graças reais.

⁷ VIANA, Oliveira (1883-1951). *Populações meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Ed. UFF, 1987, 1º volume. pp. 23-37.

⁸ ELLIS JR., Alfredo (1896-1974). *Os primeiros troncos paulistas*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1976. p. 190.

planalto paulista, mameluco, sertanista, bandeirante, e o homem da baixada litorânea (carioca, baiano e pernambucano), sedentário, “patriarca agricultor numa sociedade mestiça de negros e índios.”⁹

Praticamente esquecidos pelos genealogistas do passado, por puro preconceito, os cristãos-novos também estiveram presentes em São Paulo. Eram descendentes de judeus sefaradins, convertidos à força ao catolicismo em Portugal em 1497. Mesmo entre os primeiros jesuítas, sociedade que depois se tornou o braço do anti-semitismo na América Portuguesa, encontravam-se dois cristãos-novos entre os fundadores da cidade de São Paulo: os Padres José de Anchieta e Leonardo Nunes.

O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, instituído em 1536 em Portugal com a finalidade principal de perseguir judaizantes, também se fez presente em São Paulo. Pelo menos em duas oportunidades, em 1613 e em 1624, a câmara paulistana cobrou a finta, um imposto, dos cristãos-novos que aqui viviam, o que pode ter motivado a Visitação do Santo Ofício a São Paulo em 1628.¹⁰ Segundo o relato (um tanto exagerado, diga-se de passagem) do Licenciado Padre Manuel Temudo, em 1632, a maior parte dos moradores que habitavam o Brasil eram judeus e muitos eram senhores de engenhos e donos de muitas fazendas.¹¹ Quando os paulistas atacaram e destruíram as missões jesuíticas, deram mostras de pouco apego à fé católica. Zombavam da Inquisição e, de certa feita, mataram um alto funcionário do Santo Ofício, o comissário Padre Diogo de Alfaro, que iria investigar as suspeitas de heresias dos paulistas. Foram ainda acusados pelos jesuítas espanhóis de serem “judeus encobertos” e de serem homens “sem Rei, sem Lei e sem Deus”. O grande líder dos paulistas era então o bandeirante Antônio Raposo Tavares, que foi criado em Portugal por uma madrastra judia.

Alguns paulistas foram denunciados por judaísmo. De São Paulo foram queimados dois. Apesar de um ser português e outro espanhol, suas mulheres eram paulistas e ligadas às famílias mais influentes, tendo o espanhol deixado grande descendência. Pode-se afirmar que, após pesquisas por mim realizadas há quatro décadas, não há, estatisticamente, a menor possibilidade de um paulista quatrocentão atual não ter sangue de cristãos-novos correndo em suas veias.¹²

⁹ WEHLING, Arno. *Formação do Brasil colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 232.

¹⁰ Sessão de vereança em 3 de fevereiro de 1624. In *Atas da Câmara de São Paulo* (publicação oficial do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo), III, pp. 81 e 82.

¹¹ Inquisição de Lisboa, Caderno nº 15 do Promotor, fls. 43. In IAN/TT.

¹² BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. *Tribulações do Povo de Israel na São Paulo Colonial*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2006. Brevemente sairá em livro.

Aliás, o termo “quatrocentão” foi criado pelo Dr. José de Alcântara Machado de Oliveira (1875-1941), professor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, autor de livros jurídicos e consagrado pela historiografia nacional com a publicação, em 1929, de *Vida e Morte do Bandeirante*.¹³ Antecipava-se ao 4º centenário da nacionalidade paulista com a fundação de São Vicente, a mais antiga vila do Brasil. No ano de 1932 a paulistanidade ganhou ânimo extra com a revolução que pregava a volta da legalidade.

O termo ganhou diferentes conotações com o passar do tempo. Chegou a ser considerado esnobe e, ainda hoje, muitos quatrocentões não assumem essa identidade com receio de serem considerados herdeiros de algo que não conquistaram por seus próprios méritos. Mas, antes, era diferente. Como por exemplo, durante as comemorações do 4º centenário da fundação da cidade de São Paulo, em 1954, quando os jornais locais, especialmente o *Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo*, divulgaram a larga genealogias das famílias antigas, realçando seus feitos, o que provocou desagrado por parte dos novos imigrantes, em geral italianos. Não se pode esquecer que São Paulo era considerada, em princípios do século XX, a maior cidade italiana da América do Sul. Os italianos diziam que aqueles eram descendentes da escória de Portugal. Há muito que essas manifestações fazem parte do folclore, uma vez que, agora, uns e outros se aparentam por via consanguínea ou por afinidade.

A pesquisa genealógica, ou melhor, a publicação de estudos genealógicos, acompanhou a mesma problemática da publicação de estudos historiográficos do mundo lusitano, incluindo o Brasil. Até o século XVIII abundavam, nos livros de história e de literatura, referências a genealogias dos seus personagens. Exemplos clássicos paulistas são as obras de Pedro Taques, atrás citada, e a de Frei Gaspar da Madre de Deus¹⁴. Ambos são pródigos em destacar a ascendência nobre dos seus primeiros povoadores e a fidalguia de seus membros.

A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, veio a reboque da independência do Brasil, em 1822, e procurou preencher o vazio do ideário político e da falta de projeto da Nação. Genealogistas encontraram abrigo seguro naquela instituição, a qual publicou as obras genealógicas clássicas dos Estados de São Paulo (de Pedro Taques e do Cônego Ro-

¹³ SILVEIRA, Carlos da (1883-1964)- *Famílias Paulistas- Alguns Nomes Ilustres*, in *São Paulo em Quatro Séculos*, organizada pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e editada pela Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, 2 volumes; I, 178.

¹⁴ MADRE DE DEUS, Gaspar da, frei (1715-1800). *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

que de Macedo Leme) e da Bahia (Jaboatão). De Pernambuco (Borges da Fonseca) foi publicada na Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Muitos autores serviram-se do IHGB e dos institutos históricos estaduais para publicar assuntos estritamente genealógicos.

A maior expressão, nos primeiros tempos do IHGB, foi Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), Visconde de Porto Seguro.¹⁵ Este, em 1857, publicou a *História Geral do Brasil*, trabalho volumoso, ainda hoje uma das maiores referências sobre história do Brasil. Sua obra tem por projeto um Brasil branco, o mesmo ideário da Nação. Analogamente ao espírito crítico norte-americano, que denominavam **WASP** (*white, anglo-saxon e protestant*) para o seu grupo dominante, poderíamos usar para o mesmo grupo do Brasil o acrônimo **BIXV** (branco, ibérico e cristão-velho). Essa visão européia permeou os institutos históricos do país que foram se formando ao longo do tempo, e estes, os institutos genealógicos.

Além da citada visão européia, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), fundado em 1894, teve em seu quadro social historiadores que enalteciam o bandeirismo, transformando os paulistas em “gigantes” no sentido de grandes realizações. Foi a maneira encontrada para se libertar da tutela do IHGB e de poder enaltecer a epopéia bandeirante, que já apontava no sentido de ser a “locomotiva da nação”. Muitos associados eram políticos influentes. Entre os historiadores se salientaram Washington Luís Pereira de Sousa (1870-1957), prefeito, governador do Estado e depois presidente da República, um dos maiores incentivadores de publicação de documentos históricos, Alfredo Ellis Jr., Alcântara Machado, Francisco de Assis Carvalho Franco, Eduardo Prado, Aureliano Leite, Paulo Prado, Afonso Antônio de Freitas, Eugênio Egas, Eurípedes Simões de Paula, etc... Mas a figura mais representativa foi a de Afonso d’Escragno Taunay (1876-1958). Ele reeditou as obras de Pedro Taques e de Frei Gaspar, memorialistas maiores da história de São Paulo. Era o ápice da mitificação do bandeirantismo. O IHGSP abrigou também uma série de genealogistas, entre os quais se destacou o Dr. Carlos da Silveira.

A glória do passado vem descrita em diversas obras desse tempo. Assim, Sousa Lobo escreveu: “Quem compulsa as memórias, os assentamentos, os arquivos em suma, dos tempos coloniais e tudo o que sobre nobiliarquia escreveram os autores brasileiros e portugueses dessa época, chega, ao conhecimento de que o *abstractum* da colonização de São Paulo proveio da melhor nobreza de Leão e Castela, de Portugal e dos Países Baixos.”¹⁶

¹⁵ Meu patrono do IHGSP.

¹⁶ LOBO, T. de Sousa. *São Paulo na Federação*. São Paulo: s.ed., 1924, pp. 42-57.

A importância dos institutos históricos e genealógicos começou a declinar, de forma irreversível, no final da década de 60 do século XX, contrariamente ao que se verificava no meio universitário, em geral alinhado com a esquerda da política nacional, contrapondo-se aos institutos, classificados de direita e de positivistas. Por muitos anos os institutos receberam ajuda financeira dos governos federal, estadual e municipal.¹⁷ O de São Paulo, em boa parte do Estado Novo, deixou de receber ajuda federal, mas, em compensação, a Prefeitura de São Paulo desembolsava polpudas quantias.

Das instituições genealógicas que existem ou existiram em São Paulo, todas de caráter nacional, a mais antiga foi o **Instituto de Estudos Genealógicos**, que nasceu dentro do IHGSP. Publicou 8 revistas entre 1937 e 1939 (a última veio a lume em 1942). Desapareceu pouco depois, sem uma data precisa. Deixou saudades, pois talvez tenha sido o período mais profícuo da genealogia paulista. Foram seus articulistas: Frederico de Barros Brotero, Antônio Augusto de Menezes Drummond, Luís Porto Moretzsohn de Castro, Ricardo Gumbleton Daunt, Américo de Moura, John Wilson da Costa, José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, Pedro Correia de Melo, Roberto Thut, Cônego Luís Castanho de Almeida (Aluísio de Almeida), João José Maria Francisco Rodrigues de Oliveira, Leôncio do Amaral Gurgel, Sebastião Pagano, Salvador de Moya, Aureliano Leite, Jorge Godofredo Felizardo, Domingos Laurito, Ary Florenzano, Teodoro de Souza Campos Jr., Mario D. Wanderley, José de Paula Leite de Barros, etc..

Cabe destacar nesse período o Dr. Frederico de Barros Brotero, autor de mais de uma dezena de livros. Mesmo quando o Instituto de Estudos Genealógicos, depois denominado Instituto Heráldico-Genealógico, começou a definhir, ele nunca se aliou ao Instituto Genealógico Brasileiro, por uma única razão: o Coronel Salvador de Moya. Eram dois tipos diferentes. Brotero era um homem fidalgo, pesquisador em arquivos, um genealogista nato. Moya era um “sargento”, no dizer de seus inimigos, mais um coordenador que um genealogista. Foi uma pena que não tenham se entendido. Trabalhos inéditos de Brotero encontram-se hoje no Colégio Brasileiro de Genealogia, com sede no Rio de Janeiro.

Em 1939 foi fundado o **Instituto Genealógico Brasileiro**¹⁸, conhecido por IGB, ainda em atividade, que publicou, nos áureos tempos do Coronel Moya (1891-1973)¹⁹, 115 volumes. Não houve nada comparável no Brasil. Muitos dos

¹⁷ Há muito isso faz parte do passado. Este é um dos motivos da crise pela qual passam praticamente todas as instituições culturais do País.

¹⁸ Hoje na rua Senador Paulo Egídio, 34- 2º a.- Centro, 01006-010- São Paulo, SP.

¹⁹ Tive o prazer de conviver, por anos, com o Coronel Moya. Menino ainda, publiquei um pequeno artigo na *Revista Genealógica Latina* nº XX, ano 1968, pp. 142-144.

associados do IGB eram egressos da entidade pioneira. Destacaram-se nesse período: o próprio Moya, Carlos da Silveira, Celso Maria de Mello Pupo, Ricardo Gumbleton Daunt, Francisco de Assis Carvalho Franco, Carlos Fouquet, Jorge Godofredo Felizardo, Itamar Bopp, Orlando Marques Cavalcanti de Albuquerque, Carlos Rheingantz²⁰, Alexandre Guimarães dos Santos, Waldomiro Franco da Silveira, Monsenhor Antônio Paes Cintra, Geraldo Cardoso de Mello, Frederico de Assis Pacheco Borba, José Pedro Leite Cordeiro, João Gabriel Santana, Esaú Corrêa de Almeida Moraes, Carlos Eugênio Marcondes de Moura e José Bonifácio de Arruda. Este último foi outro desafeto do Coronel Moya. Autor de *Livro de minha família* que, editado em uma das séries do IGB, acabou por ter seu nome e obra riscados das publicações do instituto e da sua biblioteca.

Em 1993 foi fundada a **ASBRAP, Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia**, tendo publicado 12 volumes até o momento, sendo uma das entidades mais ativas e regulares do Brasil. Por uma questão de contemporaneidade não farei referências aos seus genealogistas e membros. Aos interessados, sugere-se que se acesse a seguinte página da Internet: www.asbrap.org.br/revista/resumogeral.htm. Em 1994 foi fundada a **Sociedade Genealógica Judaica do Brasil**, especializada em genealogia judaica.²¹

FONTES:

SANTOS, Armando Alexandre dos Santos. *50 anos de bons serviços*. In Edição Comemorativa do Cinquentenário do Instituto Genealógico Brasileiro (1939-1989). São Paulo: IMESP, 1991.

Bibliografia preliminar sobre genealogia no Brasil [Coordenação: Victorino C. Chermont de Miranda]. Rio de Janeiro: Colégio Brasileiro de Genealogia, 2000.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

²⁰ Depois fundador e dirigente do *Colégio Brasileiro de Genealogia*, no Rio.

²¹ C. P. nº 1.025, 13012-970, Campinas, SP. Site: www.genealogiajudaica.com.br. Livro publicado: *Dicionário Sefaradi de Sobrenomes/ Dictionary of Sephardic Surnames* (S. Paulo: Fraiha, 2003 e 2004), de Guilherme Faiguenboim, Anna Rosa Campagnano e Paulo Valadares.